

IDEOLOGIA DA APRENDIZAGEM E DESIGUALDADES NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS GLOBAIS

Jociene Araujo Lima¹

Resumo

O estudo tem como objetivo analisar criticamente as diretrizes internacionais de políticas educacionais, de Jomtien (1990) à Agenda Global de Educação 2030, investigando como a centralidade da aprendizagem contribui para a mercantilização da educação e a redução de seu caráter emancipatório. A pesquisa adota metodologia documental e bibliográfica, examinando documentos oficiais (Jomtien, Dakar, Incheon e Agenda Global de Educação 2030) e obras de autores críticos, como Carneiro (2019), Saviani (2021) e Tonet (2005). Conclui-se que a ênfase na aprendizagem desloca a educação da formação emancipatória para competências voltadas à empregabilidade, reforçando sua mercantilização e esvaziando seu caráter crítico.

Palavras-chaves: Ideologia da aprendizagem. Educação. Políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, sob a hegemonia do neoliberalismo, as políticas educacionais assumem novas funções, alinhadas ao mercado. Organismos multilaterais, como Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), passaram a tratar a educação como estratégia para o desenvolvimento econômico, enfatizando a aprendizagem em detrimento da educação integral.

Para Carneiro (2019), a ênfase na aprendizagem não é sinônimo de garantia de luta pela educação, pois o foco da aprendizagem desloca a emancipação dos sujeitos para a aquisição de competências instrumentais, que reforça a aprendizagem, e reforça uma lógica subordinada ao capital. Essa perspectiva, denominada ideologia da aprendizagem, se manifesta nos documentos internacionais desde Jomtien (1990), Dakar (2000), até a Declaração de Incheon (2015), e se consolida na Agenda Global de Educação 2030, reduzindo a escola a um espaço de reprodução social e transformação do processo educativo em mercadoria.

¹ Doutoranda em Educação e Ensino pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Ensino (MAIE/UECE), bolsista FUNCAP, e-mail: jociene.araujo@aluno.uece.br.



Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



A partir dessa análise, o presente trabalho busca compreender como a ideologia da aprendizagem tem orientado as políticas educacionais internacionais, destacando suas implicações para a mercantilização da educação e a subordinação dos sujeitos às demandas do capitalismo neoliberal. A pesquisa terá como metodologia a análise documental e bibliográfica, utilizando documentos oficiais das políticas educacionais internacionais (Jomtien, Dakar, Incheon e Agenda Global de Educação 2030), bem como obras de referência de autores críticos como Carneiro (2019), Saviani (2021) e Tonet (2005).

REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos, organismos multilaterais, como Banco Mundial, UNESCO e OCDE, têm influenciado as políticas educacionais, destacando a “aprendizagem”. Apesar de às vezes usada como sinônimo de educação, o termo desloca o foco da formação integral para a aquisição de conteúdos e competências mensuráveis. Para Carneiro (2019), a “aprendizagem” não é sinônimo de educação, pois possuem funções e significados distintos. Apesar disso, políticas públicas difundem o termo como direito, ocultando sua diferença em relação à educação emancipatória.

De acordo com Carneiro (2019), essa perspectiva pode ser compreendida como a “ideologia da aprendizagem”, presente nos documentos educacionais da década de 1990, especialmente na Declaração de Jomtien (1990). Esse documento, resultado da primeira reunião do movimento Educação Para Todos (*EPT*), introduziu a noção de “necessidades básicas de aprendizagem”, substituindo o direito à educação pela centralidade da aprendizagem. Na Declaração de Jomtien, o termo *aprendizagem* aparece 89 vezes, sendo tratado como um direito e uma necessidade vital.

A ideia das “necessidades básicas de aprendizagem (NEBAS)” defendida em jomtien, não abrangem a educação em sua amplitude, vinculada à emancipação, transformação social e compreensão crítica da realidade. Pelo contrário, reduzem-se a um discurso que tem ganhado cada vez mais centralidade: a ideia de que a aprendizagem deve estar restrita à realidade imediata do cotidiano. Nesse movimento, muitas vezes os conteúdos eruditos e reconhecidamente científicos deixam de ser valorizados.

Saviani (2021) alerta para o perigo desse tipo de concepção, pois, ao emergir no contexto da sociedade capitalista atual, tende a colocar em xeque a própria necessidade e



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



importância da escola. Para o autor, ainda que apareça como um discurso reflexivo e como tentativa de aproximar a educação da realidade, ele esvazia o papel da escola enquanto espaço fundamental de formação da classe trabalhadora. Assim, ao deslegitimar os conteúdos escolares como essenciais à classe trabalhadora, essa perspectiva acaba, na prática, por reforçar a lógica de dominação do capital.

Além da Declaração de Jomtien, o termo “aprendizagem” também mantém centralidade no Marco de Dakar, publicado nos anos 2000, com o objetivo de dar continuidade às metas anteriormente estabelecidas. Embora a Declaração de Dakar reforce o direito universal a uma educação de qualidade, sobretudo ao destacar a necessidade de ampliar o acesso ao ensino fundamental para os grupos socialmente menos favorecidos, na prática, seu discurso permanece ancorado na lógica das NEBAS. Assim, a noção de educação é substituída por uma concepção restrita de “aprendizagem”, vinculada à preparação para o mercado de trabalho e à adaptação social.

Com o término das metas de Dakar, em 2015, observa-se uma mudança de concepção: a noção de necessidades básicas de aprendizagem, que havia orientado os documentos internacionais desde Jomtien (1990), é substituída pela concepção de “aprendizagem ao longo da vida”. A partir desse momento, as diretrizes internacionais que orientam a formulação das políticas educacionais passam a se apoiar nesse novo paradigma.

A nova concepção de “aprendizagem ao longo da vida”, esteve presente Declaração de Incheon (2015), sustentada pela Unesco, busca mater a continuidade da disseminação da ideologia da aprendizagem, já estabelecida nas declarações anteriores.

Não por acaso, o termo “aprendizagem” aparece na Declaração de Incheon mais de 130 vezes, ao longo de todo o documento. O detalhe não é meramente quantitativo: como ressalta Carneiro (2019), o significado das palavras tem muita importância dentro de documento oficial, pois a substituição do termo “*educação*” por “*aprendizagem*” não é apenas semântica, mas é carregado de intencionalidade política e ideológica.

Enquanto Tonet (2005), define educação como um processo pelo qual o ser humano se apropria da cultura historicamente produzida pela humanidade, tornando-se capaz de compreender sua realidade e se emancipar, isto é, de se libertar para construir sua própria história. Em contrapartida, a aprendizagem refere-se aos conhecimentos adquiridos por meio



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



da experiência, desenvolvendo habilidades, competências e atitudes que permitem aos indivíduos atuar no mundo.

A chamada Agenda Global de Educação 2030, ainda que se apresente como um compromisso com o “direito à educação”, reafirma-se constantemente como uma agenda que garante o direito à aprendizagem. O sujeito da aprendizagem defendido nesse marco é reduzido à condição de receptor de conteúdos, limitado a reproduzir informações transmitidas, experiências utilitárias e competências voltadas às avaliações externas e, sobretudo, à empregabilidade.

A análise dos documentos do movimento EPT, revela uma continuidade ideológica centrada na aprendizagem em detrimento da educação emancipatória. A substituição de “educação” por “aprendizagem” alinha o ensino às demandas do capitalismo, valorizando competências instrumentais e deslocando a escola da formação crítica. Assim, como alerta Carneiro (2019), a ideologia da aprendizagem esvazia a educação, reforçando a reprodução social e a subordinação ao capital.

CONCLUSÃO

Concluirmos, ao analisarmos os documentos do movimento EPT, que orientam as políticas educacionais globais desde Jomtien (1990), Dakar (2000) e Incheon (2015), observa-se uma continuidade ideológica centrada na aprendizagem, em detrimento da educação como processo emancipatório. A substituição do termo educação por aprendizagem não é apenas semântica, mas busca alinhar o processo educativo às demandas do capitalismo neoliberal. Mesmo o documento da Agenda Global de Educação 2030 se apresentando como garantias do direito à educação, na prática ele desloca o foco da formação integral para a aquisição de competências instrumentais. Na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida, a escola deixa de ser o espaço central da construção crítica e cultural, enquanto a aprendizagem adquirida em qualquer lugar reforça a mercantilização da educação. Assim, a ideologia da aprendizagem esvazia a educação de seu caráter emancipatório, promovendo a reprodução social e a subordinação dos sujeitos às necessidades do capital.

REFERÊNCIAS



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



CARNEIRO, Silvio. Vivendo ou aprendendo... a “ideologia da aprendizagem” contra a vida escolar. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. p. 41-46.
CARVALHO, Pedro Henrique Neves de; HARVEY, David. O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: fundamentos e princípios**. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien: UNESCO, 1990. Disponível em: www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais. Acesso em: 10 maio 2019.

UNESCO. **Educação para todos**: o compromisso de Dakar. Dakar, Senegal: UNESCO, 2000.

UNESCO. **Marco da educação 2030**: Declaração de Incheon. Incheon, Coreia do Sul: UNESCO, 2015.

TONET, Ivo. Cidadania ou emancipação humana. Revista espaço acadêmico, [S. l.], n. 44, p. 1-10, 2005.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**

